

PROCESSO n° 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2014

OBJETO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETIVANDO o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para possíveis aquisições de gêneros alimentícios e material de limpeza para o CBEM e Abrigo.

Lotes 01 ao 82

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/04/2014 às 08h00min.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 29/04/2014 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 29/04/2014 às 9h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 29/04/2014 às 14h00min.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, NO SETOR DE LICITAÇÕES, COM O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO.

ENDEREÇO: CORONEL MEZA N° 373, Bairro CENTRO.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 365 DIAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ITEM 11 DO EDITAL

Patrícia Munhoz Pereira

Portaria 579/2013

Pregoeiro

comliclavrasdosul@gmail.com

comlic@lavrasdosul.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone:55 3282 1267

PROCESSO Nº 12/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

PARA REGISTRO DE PREÇOS, para possíveis aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para o CBEM e Abrigo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº08/2014, do tipo **MENOR PREÇO** – Processo nº12/2014, objetivando o Registro de Preços dos bens relacionados no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital, nos termos da **Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal nº4960 de 07 de Outubro de 2008** com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da **PROPOSTA DE PREÇO** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** no local, dia e até a hora abaixo mencionados. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/04/2014.

HORÁRIO: a partir das 14h00min.

LOCAL: Sala do Setor de Licitações, com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, na Rua Coronel Meza, nº373, Centro, Lavras do Sul/RS.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Sistema de Registro de Preços, para possíveis aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para o CBEM e Abrigo**, conforme Anexo I – Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelos órgãos relacionados no Termo de Abertura.

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1 A validade das propostas apresentadas será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da sua apresentação, preservando-se o direito da Administração de chamar as empresas classificadas, a qualquer tempo para a assinatura da Ata/Contrato para fornecimento.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Licitante deverá apresentar-se para **credenciamento** junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

4.2 O Licitante também deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** (Art. 4º, Inc. VII da Lei 10.520/2002).

4.3. A documentação referente aos subitens **4.1** (credenciamento) e **4.2** (declaração de habilitação) deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3.1 O Licitante que não optar por credenciar representante legal, para participar da etapa de lances verbais, deverá, igualmente e obrigatoriamente, apresentar a declaração constante do item 4.2 fora dos envelopes.

4.4. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou procurador da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de Sociedade Comercial e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de Sociedade Civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) Se representante legal, deverá apresentar:

b.1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública; **ou**

b.2) Credencial, outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Modelo Anexo deste Edital.

OBSERVAÇÃO: Em ambos os casos (**b.1** e **b.2**), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

4.4.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

4.5. Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da Empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.6. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da Licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

5.1. Para participação no presente certame, o licitante, além de atender ao disposto nos **itens 6 e 8** deste edital, devendo apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014
ENVELOPE DE Nº 01 – PROPOSTA
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO e 02 – DOCUMENTOS.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

5.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1 A Proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 365 dias, deverá ser apresentada datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

- a) Razão Social completa da Empresa (como nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual, etc);
- b) Número do processo e do Pregão para Registro de Preços;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo - Anexo I deste Edital;
- d) Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) Deverá ser indicado na Proposta, **a marca dos produtos ofertados**;
- f) Prazo de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- g) Dados bancários da empresa, em caso de futuras contratações/aquisições.

OBSERVAÇÃO: Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

7.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate. O ordenamento do decremento dos lances será estabelecido pelo Pregoeiro no momento da sessão de disputa.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 13** deste Edital.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-o com os valores de referência, decidindo motivadamente, a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

7.13. As normas disciplinadoras deste pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

7.14. Serão desclassificadas:

a) As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do **item 6** deste Edital.

b) As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

OBSERVAÇÃO: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.15. Não serão consideradas para efeito de julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

7.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.19. CRITÉRIO DE DESEMPATE: ressalvadas as demais hipóteses, previstas expressamente em lei e neste edital, como critério de desempate final será adotado o sorteio público, na forma estatuída pelo art. 45 parágrafo 2º da lei federal 8666/93 e suas alterações posteriores, em data e horário a ser definidos pela administração municipal, inclusive podendo ser realizada na mesma sessão de julgamento das propostas, caso presentes os licitantes que apresentaram a proposta mais vantajosa a administração e que derem ensejo a adoção de tal medida.

8 – DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.

c) Prova de Regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Certidão quanto a Dívida da União, sendo a Municipal do local da Sede do Licitante. As Certidões Municipais que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas, se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas;

d) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

f) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).

g) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo IV**).

h) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo III**).

i) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

j) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

k) Produtos com Registro na **Anvisa, Alvará Sanitário e AFE** (Autorização de Funcionamento), e Atestado de Boas Práticas para empresa distribuidora e atacadista.

IMPORTANTE: Os documentos citados acima poderão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião, ou cópias simples, **ACOMPANHADA PELOS ORIGINAIS**, para serem conferidas pelo

Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio desta Prefeitura. As cópias somente serão conferidas, se apresentadas até um dia de antecedência da data designada para abertura dos envelopes.

8.1.1. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, expedido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado das seguintes certidões:

- a) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão Negativa Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- d) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** conforme modelo;
- e) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal conforme modelo;
- f) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**
- g) Produtos com Registro na **Anvisa, Alvará Sanitário e AFE** (Autorização de Funcionamento), e Atestado de Boas Práticas para empresa distribuidora e atacadista.

8.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8.3. A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no **Art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006**, deverá apresentar, **juntamente com o CREDENCIAMENTO, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no item 8.1 deste Edital.**

8.4. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, que possuir qualquer restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos nas alíneas **a, b e c** deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois (02) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

8.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.6. O prazo que trata o **item 8.4**, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no **item 8.4**, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9 – DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, **o licitante que ofertar o menor preço por item será declarado vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente até apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte do licitante.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11 – DO PAGAMENTO :

11.1. A forma de pagamento do Município será feita em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura visada e datada pelo Fiscal do Processo/Contrato, neste caso a servidora Eliane Xaxier.

11.2. Somente serão pagos os valores correspondentes às aquisições efetivamente entregues mediante apresentação de nota fiscal/fatura.

11.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

11.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

11.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

11.6. Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos da seguinte **Dotação Orçamentária**, do exercício de 2014:

160 - 08.243.0203- 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Material de Consumo

188 - 08.243.0203- 2.028 – 3.3.90.30.00.00.00.1093 – Material de Consumo

184 - 08.243.0204- 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.1032 – Material de Consumo

12 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto da presente licitação deverá ser entregue em até 10 dias úteis, após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho, devendo ser entregue diretamente no CBEM/Abriço, Rua: João Ricardo de Souza, 250, no horário das 9 hs às 16 hs.

12.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13 – DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

13.2 A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos no subitem **13.1** será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

13.4 Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as **seguintes penalidades**:

13.4.1 Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

13.4.2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

13.4.3 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

13.4.4 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

13.5 Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

13.6 Multa:

13.6.1 A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

13.6.2 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

13.6.3 Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

13.6.4 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, O Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

13.6.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

13.6.6 Nos casos definidos no **subitem 13.6.1** acima: por 1 (um) ano;

13.6.7 Nos casos definidos no **subitem 13.6.2** acima: por 2 (dois) anos.

13.6.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.7 A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ou através de contato telefônico através do Fone (55) 3282-

1267, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data designada para recebimento dos envelopes.

14.2. Para agilidade nos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.

14.3. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Lavras do Sul, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

14.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

14.5. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenização (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

15 – DOS ANEXOS:

Constituem anexos deste Edital:

a) **Anexo I** - Termo de referência

b) **Anexo II** - Credencial.

c) **Anexo III** - Modelo de Declaração de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE.

d) **Anexo IV** – Modelo de Declaração de que não emprega menor.

e) **Anexo V** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

f) **Anexo VI** – Minuta de Contrato.

16 – DO FORO:

16.1 Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Lavras do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da Licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lavras do Sul, 27 de março de 2014.

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº 12/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014

Início da Sessão de Disputa 1ª Etapa : __/__/20__, às 14:00h.

Início da Sessão de Disputa 2ª Etapa: __/__/20__, às 14:00h.

Local: Setor de Licitações, na Rua Coronel Meza, nº 373, Bairro Centro, LAVRAS DO SUL-RS.

1. Objeto: Sistema de Registro de Preços, para possíveis Contratações aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para o CBEM e Abrigo.

2. Especificações e Quantidades:

Lote	Qtd.	Un.	Especificações	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
01	2.400	L	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO (UHT), em embalagens cartonadas longa vida (caixinhas) de um litro acondicionadas em caixas de papelão com 12 unidades cada, com data de fabricação e prazo de validade por no mínimo 6 (seis) meses, com selo de registro no SIF/Ministério da Agricultura. 1200 l CBEM. 1.200 litros para CBEM.	2,55	6.120,00
02	200	L	BEBIDA LÁCTEA fermentada com polpa de fruta natural, leite integral, embalagem de 1 litro, data de fabricação e prazo de validade 30 dias, com registro no SIF/CISPOA. CBEM.	2,50	500,00
03	150	Kg	CARNE BOVINA MOÍDA, de segunda, resfriada, de boa qualidade, com, no máximo, 20% de gordura, com data de fabricação e prazo de validade, em embalagem individual de 1 kg cada, com registro de inspeção sanitária estadual. CBEM.	11,90	1.785,00
04	100	Kg	SALSICHÃO DE FRANGO de boa qualidade congelado embalagens plásticas transparente com registro de inspeção sanitária estadual, produto dentro do prazo de validade. CBEM	9,95	995,00
05	400	Kg	CARNE BOVINA, DE SEGUNDA, SEM OSSO, de boa qualidade, com, no máximo, 20% de gordura, em embalagem plástica	15,27	6.180,00

			transparente de 1 kg cada, com registro de inspeção sanitária. 400 kg CBEM.		
06	200	Kg	PEITO DE FRANGO CONGELADO em pacotes individuais pesando de 300 a 350 g, em embalagens plásticas transparente com registro de inspeção sanitária estadual, produto dentro do prazo de validade. ABRIGO.	9,09	1.818,00
07	900	Kg	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO de boa qualidade, com osso, congelada, pesando de 250 a 300 gramas o pacote, embalagem plástica transparente, resistente, deverá constar data de fabricação, prazo de validade no mínimo 2 meses, com registro de inspeção sanitária federal(SIF) ou CISPOA. 400 kg ABRIGO.	6,70	6.030,00
08	200	Kg	SALSICHA À GRANEL, de boa qualidade, embalada em plástico transparente, deve conter prazo de validade e data de fabricação. 50 kg ABRIGO.	9,80	1.960,00
09	100	lt	SARDINHA em óleo comestível, acondicionadas em latas, sem amassados ou enferrujados, em perfeitas condições de utilização, com data de fabricação e prazo de validade, contendo 125 g, peso drenado 84 g. Com registro no Ministério da Agricultura. ABRIGO.	3,46	346,00
10	32	cx	LEITE CONDENSADO de boa qualidade, caixa com 12 unid de 375 gramas, com data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	41,96	1.342,72
11	20	cx	CREME DE LEITE de boa qualidade, 375 gramas, com data de fabricação e prazo de validade. CBEM	1,93	38,60
12	200	Kg	TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio, boa aparência, sem machucados, grau médio de amadurecimento, embalagem plástica transparente de 2 a 3 kg. Prazo de validade semanal. ABRIGO.	5,13	1.026,00
13	100	Kg	REPOLHO VERDE de boa qualidade, sem machucados, tamanho médio, prazo de validade semanal. ABRIGO.	4,08	408,00
14	10	Kg	ALHO, de 1ª qualidade, graúdo. Novo, selecionado e desenrestiado. Embalagem plástica resistente, tipo rede 200 gramas, prazo de validade semanal. 5 kg ABRIGO.	13,63	136,30

15	400	Kg	BATATA INGLESA BRANCA de 1ª qualidade, tamanho médio, limpas, sem brotos, acondicionadas em embalagens tipo rede 2 a 3 kg, prazo de validade semanal. 200 kg. CBEM.	2,53	1.012,00
16	50	Kg	BETERRABA de 1ª qualidade, nova, sem folhas, tamanho médio, limpa, embaladas em rede resistente em 1 kg. Prazo de validade semanal. ABRIGO.	3,80	190,00
17	150	Kg	CEBOLA de 1ª qualidade, desenrestiada, sem machucados, ou brotos, tamanho médio, acondicionadas em embalagens do tipo rede, prazo de validade semanal, embalagens de 2 ou 3 kg, prazo de validade no mínimo 03 meses. ABRIGO.	2,00	300,00
18	100	Kg	ABÓBORA, do tipo cabotia, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, sem ferrugem ou machucados, validade semanal. ABRIGO.	1,93	193,00
19	50	Kg	CENOURA de 1ª qualidade, tamanho médio, sem folhas, acondicionadas em embalagens tipo rede de 2 a 3 kg, com prazo de validade semanal. ABRIGO.	3,17	158,50
20	50	Kg	LARANJA PARA SUCO, de boa qualidade sem machucados acondicionados em caixas de 20 kg. ABRIGO.	2,20	110,00
21	131	Kg	BANANA CATURRA, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem acondicionada, prazo de validade semanal. 31 kg. CBEM.	2,07	271,17
22	100	Kg	MAÇÃ NACIONAL, de boa qualidade, tamanho médio sem machucados acondicionadas em embalagens de 2 kg. ABRIGO.	3,90	390,00
23	30	Un	ABACAXI, de boa qualidade, sem machucados, acondicionados em caixas. Com proteção de palha, grau médio de amadurecimento, tamanho médio. ABRIGO.	4,07	122,10
24	100	Dz	OVOS VERMELHOS, graúdos, sadios, sem quebras, acondicionados em cartelas de papelão, resistente, com duas dúzias e meia cada, com prazo de validade semanal. ABRIGO.	4,17	417,00
25	10	cx	CALDO DE GALINHA, concentrado, em	14,00	140,00

			tabletes, cartelas com 24 unidades, prazo de validade e data de fabricação e registro no SIF. ABRIGO.		
26	10	Kg	SAL REFINADO, iodado de boa qualidade embalagem plástica transparente, solda reforçada e íntegra, contendo registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	0,97	9,70
27	10	pot es	TEMPERO COMPLETO, sem pimenta, em potes plásticos, vedados abaixo da tampa, sem sinais de violação, constando data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	2,82	28,20
28	02	Kg	BICARBONATO DE SÓDIO, para uso no preparo de alimentos. 01 kg CEBEM	9,96	19,92
29	01	Kg	Sal Amoníaco, para uso em produtos comestíveis.	9,63	9,63
30	20	pot es	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, de boa qualidade, contendo 100 g por embalagem, com lacre resistente, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no Ministério da Saúde. 10 potes CEBEM.	1,95	39,00
31	100	cx	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, de boa qualidade, instantâneo, em embalagens aluminizadas em vácuo, com 10 g cada, íntactas, lacre resistente, em caixas contendo 200 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no Ministério da Saúde. 50 cx. CEBEM.	23,95	2.395,00
32	200	Kg	SUCO EM PÓ, de boa qualidade, sabores: abacaxi, uva, laranja,, limão. 100 kg CEBEM.	10,23	2.046,00
33	100	Kg	ACHOCOLATADO EM PÓ, sem açúcar, instantâneo, de boa qualidade, acondicionado em caixas de papelão, em embalagem plástica resistente, com solda e lacre íntegros, reforçados, contendo 01 kg, com registro no Ministério da Agricultura, contendo ainda data de fabricação e prazo de validade. 50 kg CEBEM.	8,83	883,00
34	30	pct	SAGU, contendo amido de mandioca, de boa qualidade, tipo I embalagem plástica resistente, com solda íntegra, pacotes de 500 g registro no Ministério da Agricultura data de fabricação e prazo de validade. CEBEM.	2,50	75,00
35	150	vd	CAFÉ SOLÚVEL, granulado, de boa	12,47	1.870,50

			qualidade, com registro na ABIC, embalado individualmente em vidros de 200g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. CBEM.		
36	118	lt	EXTRATO DE TOMATE simples, de boa qualidade em latas de 350 g, polpa de tomate, sal, cor vermelha, textura cremosa, acidez máxima 1,5 % consistência máxima 6 %, sal máxima 2 %, sem aditivos, intactas, sem amassados, enferrujados ou estufamentos, registro no Ministério da Saúde, data de fabricação e prazo de validade no máximo 24 meses. 80 latas CBEM.	2,03	239,54
37	150	Kg	GOIABADA de boa qualidade embalagens de 500 gramas validade 12 meses produto dentro do prazo de validade no mínimo 12 meses. 50 kg CBEM.	3,58	537,00
38	50	pot es	DOCE DE LEITE EM PASTA, de boa qualidade, embalagem de 500 gramas, registro no Ministério da Agricultura, com data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	4,33	216,50
39	200	pet	ÓLEO DE SOJA, em garrafas plásticas, vedadas, com data de fabricação e prazo de validade, com registro no Ministério da Agricultura. CBEM.	3,97	794,00
40	200	pot es	MARGARINA VEGETAL de boa qualidade, com sal, em boas condições de armazenamento, em potes plásticos de 500 g, acondicionadas em caixas de papelão resistente e refrigerada, com data de fabricação prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	3,67	734,00
41	124	pct	Biscoito sortido doce de boa qualidade, deve apresentar os seguintes ingredientes, açúcar, farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, embalagem plástica transparente, solda integra reforçada, com dupla proteção, em pacotes de 400 ou 500 g, deve constar registro no Ministério da Saúde, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. 62 pct CBEM	3,33	412,92
42	320	pct	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, de boa qualidade, embalagens de papel resistente,	11,42	3.654,40

			embaladas individualmente em 5 kg, deve apresentar registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade. 160 pct CBEM.		
43	20	Kg	FARINHA DE MILHO MÉDIA, de primeira qualidade, embaladas em sacos plásticos transparentes e resistentes, solda íntegra e reforçada, pacotes contendo 1 kg, deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, sem a presença de carunchos ou mofo. ABRIGO.	2,23	44,60
44	100	pct	FARINHA DE MANDIOCA, de primeira qualidade, acondicionadas em pacotes de 500 gramas, de primeira qualidade, contendo lacre e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. 50 pct CBEM.	2,23	223,00
45	02	lt	ERVILHAS EM CONSERVA, acondicionadas em latas de 3,1 kg, sem amassados ou enferrujados, em perfeitas condições de utilização, com data de fabricação e prazo de validade, com registro no Ministério da Agricultura. Para entrega em latas de 3,100 kg, peso drenado 2kg. ABRIGO.	13,13	26,26
46	02	lt	MILHO VERDE EM CONSERVA, em latas, sem amassados ou enferrujados, contendo 3,100 kg cada, com registro no Ministério da Agricultura, contendo data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	16,92	33,84
47	200	pct	Massa com ovos de boa qualidade, tipo espaguete embalagens de 500g o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 06 meses e registro no ministério da saúde. ABRIGO.	3,03	606,00
48	300	pct	AÇÚCAR CRISTALIZADO, de boa qualidade, embalagem de 5 kg , o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 12 meses. 150 pct CBEM.	9,37	2.811,00
49	1.100	Kg	FEIJÃO PRETO, TIPO I, novo de boa qualidade, embalagem de 1 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 06 meses. Deverá ser entregue em fardos de 30 pcts. de 1 kg. 600 kg CBEM	4,86	5.346,00
50	100	pct	ARROZ TIPO II, de boa qualidade,	9,38	938,00

			embalagem de 5 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 06 meses. 160 pct CBEM.		
			OUTROS MATERIAIS: (higiene, limpeza, etc)		
51	20	Unid	VASSOURAS, de boa qualidade, com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11 cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20 m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo, para pendurar, com perfeito acabamento; uso doméstico. ABRIGO.	6,40	128,00
52	02	Unid.	BALDE, em material plástico resistente, capacidade 10 litros, com alça resistente, em arame galvanizado. CBEM.	10,25	20,50
53	02	Unid.	BALDE, PARA LIXO, em material plástico resistente, capacidade 60 litros, com tampa. ABRIGO.	66,97	133,94
54	50	Pct	SACOS PARA LIXO CAPACIDADE 100 litros , cor preta , largura 75 cm, altura 105cm, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 10 unidades. ABRIGO.	3,23	161,50
55	20	Unid.	SACO BRANCO, de boa qualidade. ABRIGO.	3,87	77,40
56	20	par es	LUVAS PARA LIMPEZA. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho M. ABRIGO.	4,48	89,60
57	20	Unid.	PANOS DE PRATO ATOALHADOS, de boa qualidade, medindo aproximadamente 60 cm x 40 cm, cores variadas. CBEM.	5,25	105,00
58	02	Unid.	FACAS PARA COZINHA, tamanho médio, (aproximadamente 20 cm de lâmina) lâmina em aço inox, cabo resistente, de boa qualidade. CBEM.	17,75	35,50
59	50	Unid.	CANECAS DE VIDRO, tipo endurecido, resistente, capacidade não superior à 200 ml,	6,00	300,00

			com alça. CBEM.		
60	05	cx.	FILTRO DE PAPEL para coar café, nº 103. CBEM	2,25	11,25
61	170	Uni d.	ESPONJA PARA LOUÇA, dupla face (fibra e espuma), retangular, medindo aproximadamente 11cm x 7,5 cm x 2,5cm, de boa qualidade. Material - fibra e espuma com bactericida. 70 unid. CBEM.	1,40	238,00
62	30	Uni d.	ESFREGÃO DE AÇO, de boa qualidade, formado de leve malha de fios de aço, no formato circular, para auxiliar na limpeza de sujeira acumulada. ABRIGO.	0,93	27,90
63	20	pct	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, de boa qualidade. Em formato retangular, em pacotes de embalagem plástica, devidamente identificado, composto de aço carbono. CBEM.	1,53	30,60
64	10	Uni d.	SABÃO EM BARRA, de boa qualidade, 200 gr cada.	1,51	15,10
65	100	kg	SABÃO EM PÓ, tipo detergente em pó, para limpeza profunda de todo tipo de tecido e para outras limpezas, de boa qualidade, em pacotes contendo 1 kg. ABRIGO.	5,66	566,00
66	10	Fra sco	AMACIANTE PARA ROUPAS, frasco de 2 litros, perfumado, contendo registro no Ministério da Saúde, com prazo de validade. ABRIGO.	3,46	34,60
67	100	Uni d.	DETERGENTE PARA LOUÇAS, biodegradável, consistente, frasco de 500 ml de boa qualidade, aroma natural, validade e registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	1,29	129,00
68	50	litro s	ÁGUA SANITÁRIA de boa qualidade, à base de cloro, com registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	1,86	93,00
69	70	fras co	DESINFETANTE, aspecto físico líquido. Aplicação: desinfetante e germicida. Composição aromática: eucalipto. Frasco de 02 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	3,15	220,50
70	30	Uni d.	ÁLCOOL GEL. Em frascos contendo 500 ml, com data de fabricação e prazo de validade, contendo no rótulo os dados de procedência e registro no Ministério da	7,00	210,00

			Saúde. 10 unid. Para CBEM.		
71	10	Uni d.	LUSTRA-MÓVEIS. Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 200 ml com bico econômico. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	3,63	36,30
72	20	uni d.	SAPONÁCEO EM PÓ. Frasco plástico, contendo 300 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	2,55	51,00
73	02	uni d.	SODA CÁSUTICA, em embalagem plástica resistente, com solda íntegra, com registro no Ministério da Saúde. ABRIGO.	13,08	26,16
74	01	litro	SABONETE LÍQUIDO, perfumado, com registro no Ministério da Saúde, com data de fabricação e prazo de validade. ABRIGO.	8,67	8,67
75	250	uni d.	CREME DENTAL, com flúor, caixa de papel cartão plastificada contendo um tubo de 90 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, validade e registro no Ministério da Saúde e selo de aprovação da Associação Brasileira de Odontologia (A.B.O.). 100 unid. CBEM.	1,96	490,00
76	100	uni d.	ESCOVA DENTAL, tamanho médio, cerdas macias, anatômicas, cabo antiderrapante, de boa qualidade. ABRIGO.	2,33	233,00
77	05	Uni d.	JARRA PLÁSTICA, capacidade 1,5 litros (no mínimo), resistente, com alça e com tampa. ABRIGO.	7,96	39,80
78	05	Uni d.	ISQUEIRO, à gás, para uso comum. ABRIGO.	3,40	17,00
79	20	Uni d.	INSETICIDA, aerosol, não tóxico. ABRIGO.	7,99	159,80
80	25	uni d.	LÂMPADA ECONÔMICA, para rede 220 V, capacidade de iluminação de 70W, 1ª linha. ABRIGO.	26,97	674,25
81	10	Uni d.	CHUVEIRO ELÉTRICO, para rede 220 V, com no mínimo 3 temperaturas, de 1ª linha. ABRIGO.	45,33	453,30
82	02	Uni	CAPACHO, em sisal ou plástico imitando sisal, cor	59,50	119,00

	d.	escura, tamanho mínimo 40 x 60 cm. ABRIGO.		
--	----	---	--	--

2.1 PARA OS LANCES, DEVERÃO SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO O PREÇO UNITÁRIO POR ITEM/LOTE.

3. Justificativa: Necessita-se registrar preços para diversos materiais que poderão ser adquiridos para manter o Centro de Bem Estar do Menor e o Abrigo, onde é prestado atendimento a crianças e adolescentes em turnos alternados da escola, durante o prazo de vigência da Ata, que é de um ano. Estes itens são remanescentes dos Processos 86/2013 e 87/2013, pois não foram adjudicados e sua necessidade permanece para completar os gêneros necessários para a alimentação do público alvo.

4. Prazo e Local de entrega:

4.1. A entrega dos bens deverá ser feita em até 10 dias úteis, após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho.

4.2. Os bens solicitados deverão ser entregues no CBEM/Abrigo, Rua: João Ricardo Souza, 250, no horário das 9 hs às 16 hs.

5. Fiscal do Processo e Futuros contratos: neste caso, a servidora Eliane Xavier.

6. Pagamento: O pagamento será feito em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo/Contrato.

7. Dotação Orçamentária: Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos das seguintes **Dotações Orçamentárias:**

160 - 08.243.0203- 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.0001 – Material de Consumo

188 - 08.243.0203- 2.028 – 3.3.90.30.00.00.00.00.1093 – Material de Consumo

184 - 08.243.0204- 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1032 – Material de Consumo

8. Validade da proposta: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da data de apresentação da mesma.

9. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro: será mantido o equilíbrio econômico-financeiro, sempre que a empresa contratada solicitar e comprovar a necessidade.

ANEXO II

C R E D E N C I A L

A EMPRESA A, através de seu representante legal, Sr.(a), CPF....., Sócio-Gerente através desta, credencial a pessoa abaixo qualificada, concedendo-lhe todos os poderes necessários para representar-lhe perante PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL no **Processo nº 12/2014, Pregão Presencial nº 08/2014.**

Nome:

CPF:

RG:

, ____ de _____ de 2014.

ANEXO III

Processo nº 12/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, **Processo nº 12/2014**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

, ____ de _____ de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IV
Processo nº 12/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*

ANEXO V
MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO nº 12/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2014

Aos dias do mês de de 20....., presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa, representada pelo, com sede na, CNPJ, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, e homologada às fls., referente ao **Pregão Presencial nº 08/2014** e ao **Processo nº 12/2014**, para **REGISTRO DE PREÇOS** para possíveis **aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para o CBEM e Abrigo**, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal nº 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o **Sistema de Registro de Preços**, para possíveis **aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para o CBEM e Abrigo**, conforme descrição, marcas e preços constantes do **Processo nº 12/2014, Pregão Presencial nº 08/2014**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão -de- obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais prestadores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de prestador devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente, com todos os documentos de que trata o **item 3** acima.
6.1 Independentemente do disposto no **item 3**, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço

fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL, atualmente, o Jornal Cidades.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo/Contrato, neste caso, a servidora Eliane Xavier.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretarias do Município.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

7.1. A entrega dos bens deverá ser feita em até 10 dias úteis, após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho.

7.2. Os bens solicitados deverão ser entregues no CBEM/Abrigo, Rua: João Ricardo Souza, 250, no horário das 9 hs às 16 hs.

7.3. Fiscal do Processo e Futuros contratos: neste caso, a servidora Eliane Xavier

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

8.1 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

8.2 A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos no subitem 8.1 será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

8.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

8.4 Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

8.4.1 Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

8.4.2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.4.3 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

8.4.4 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

8.5 Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

8.6 Multa:

8.6.1 A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

8.6.2 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

8.6.3 Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

8.6.4 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, O Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

8.6.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

8.6.6 Nos casos definidos no subitem 8.6.1 acima: por 1 (um) ano;

8.6.7 Nos casos definidos no subitem 8.6.2 acima: por 2 (dois) anos.

8.6.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.7 A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.
2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N° 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).
3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.
4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, quando:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários das Secretarias, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do **Processo 12/2014**, Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 08/2014** para Registro de Preços e a proposta da empresas classificadas nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal nº 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

LAVRAS DO SUL de de 20.....

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO / n°2014

PARA possíveis Aquisições de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza. O Município de Lavras do Sul pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Meza 373, Centro nesta cidade, inscrita no CGC/MF n° 88.201.298.0001-49 neste instrumento designada **CONTRATANTE**, representada pelo Senhor Prefeito Municipal Alfredo Maurício Barbosa Borges, brasileiro, casado, leiloeiro rural, portador da identidade n°5014663991, CPF n°302.378.310-15 e a empresa, com sede em, inscrita no CNPJ n.º, neste ato representada por seu Sócio-Gerente,, CPF n.º, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato para **Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para atender as necessidades do CBEM/Abrigo**, conforme especificações no Anexo I, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, do Edital de **Pregão Presencial n.º 08/2014**, e do **Processo n.º 12/2014**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto do presente contrato é a **Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para atender as necessidades do CBEM/Abrigo**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I** do **Pregão Presencial n.º 08/2014** e do **Processo 12/2014**, mediante autorização da **CONTRATANTE** nas seguintes características:

(listar lotes vencidos pela empresa)

CLÁUSULA SEGUNDA - BASES DO CONTRATO

2.1. Integram o presente Contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

- a) Edital do **Pregão Presencial n° 08/2014** e seus ANEXOS.
- b) Proposta da **CONTRATADA**.

2.2. Este Contrato é regido pelas normas da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, são obrigações da **CONTRATADA**:

3.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes no referido processo a serem firmadas entre o **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** e o **FORNECEDOR** serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3.2. O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

3.3. Reparar ou indenizar, prontamente e a critério da **CONTRATANTE**, eventuais danos, avarias ou prejuízos ocasionados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas, mesmo culposamente, por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, no desempenho de suas atividades, autorizando, desde logo, o desconto em qualquer crédito que lhe favoreça.

3.4. Indicar responsável ou preposto com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes ao serviço, para correção imediata de reclamações da **CONTRATANTE**.

3.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir o serviço.

3.6. Manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação.

3.7. Não transferir quaisquer das obrigações e responsabilidades previstas, sem o prévio assentimento da **CONTRATANTE**.

3.8. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, respeitado o previsto no Anexo I, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Efetuar o pagamento decorrente do presente contrato no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E PRAZO

1. O prazo de execução deste contrato será até 31 de dezembro do exercício em foi que assinado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E DA ENTREGA

1. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, devendo ocorrer o depósito em conta da CONTRATADA, em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada pelo Fiscal do Processo/Contrato.

2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues, cuja Nota possua a assinatura que representa a aceitação, por estarem os mesmos de acordo com as solicitações, por parte do Fiscal da execução do contrato, neste caso, a servidora Eliane Xavier.

3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

5. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

6. A entrega dos bens deverá ser feita em até 10 dias úteis, após o pedido, que se dará pelo envio da cópia do respectivo empenho.

7. Os bens solicitados deverão ser entregues no CBEM/Abrigo, Rua: João Ricardo Souza, 250, no horário das 9 hs às 16 hs.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

7.2 A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos no subitem 7.1 será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

7.4 Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

7.4.1 Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

7.4.2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

7.4.3 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

7.4.4 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

7.5 Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

7.6 Multa:

7.6.1 A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

7.6.2 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

7.6.3 Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

7.6.4 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, O Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

7.6.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

7.6.6 Nos casos definidos no subitem 7.6.1 acima: por 1 (um) ano;

7.6.7 Nos casos definidos no subitem 7.6.2 acima: por 2 (dois) anos.

7.6.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

7.7 A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO

O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais ou contratuais assegura à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dispostos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

9.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços os seguintes valores:

9.2. A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** da **CONTRATANTE**, que é:

160 - 08.243.0203- 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo

188 - 08.243.0203- 2.028 – 3.3.90.30.00.00.00.00.1093 – Material de Consumo

184 - 08.243.0204- 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1032 – Material de Consumo

9.3. Incluídos no preço estão todas e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente, incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Lavras do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes **CONTRATANTES** e testemunhas.

Lavras do Sul,..... de de 2014.

- Alfredo Maurício Barbosa Borges -
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____